

Beatriz Helena Gelas Lage
Paulo Cesar Milone

Economia do Turismo



7^a Edição Revista e Ampliada

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. - 2001

4

Teoria Econômica do Turismo: Aspectos Macroeconômicos



“O microcosmo é um termo que designa o homem como um *mundo pequeno* no qual o macrocosmo, ou universo, está refletido.”

Tomás de Aquino

(Filósofo cristão nascido na cidade de Hipona, hoje Argélia, 1225-1274)

“O lazer é o jardim de novos alimentos terrestres.”

Edgar Morin

(Autor de *Cultura de massas no século XX*)

“A palavra precisa concordar com o fato.”

Platão

(Sábio filósofo grego, 428 a.C. – 348 a.C.)

A macroeconomia é o campo da economia que estuda as atividades econômicas agregadas. Investiga o funcionamento da economia em sua totalidade e procura identificar os determinantes estratégicos dos níveis do produto e da renda nacional, do emprego e dos preços.

4.1 FLUXO CIRCULAR DA RENDA

Uma exposição simplificada dos fluxos de renda monetários e dos fluxos de renda reais ou físicos que são observados na economia é apresenta-

da na Figura 4.1. Neste modelo simples e fechado, o fluxo monetário representado pela linha cheia mostra as compras de bens e serviços que os indivíduos fazem das empresas, usando a renda recebida ao supri-las de fatores produtivos. O fluxo físico ou real, representado pela linha tracejada, mostra os bens e serviços produzidos pelas empresas, usando os fatores produtivos que lhes são ofertados pelos indivíduos.

A integração entre os fluxos monetário e real cria, como consequência, o chamado fluxo circular de renda.¹

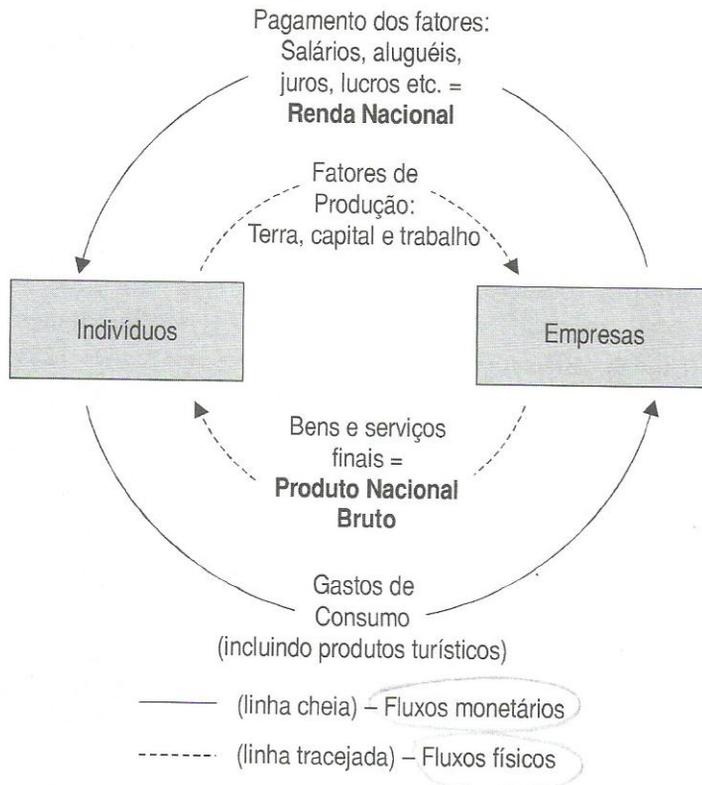


Figura 4.1 Modelo simples dos fluxos monetários e físicos da renda nacional.

Na Figura 4.2, representamos um modelo mais complexo dos fluxos monetários e físicos ao qual incorporamos com uma economia aberta as entradas e saídas de recursos dos fluxos de renda.

1. SAMUELSON, P. A.; NORDHAUS, W. D. *Economia*. 16. ed. Portugal: McGraw Hill, 1999. p. 390-392.

Nesse caso, nem todas as rendas recebidas pelos indivíduos são gastas. Uma parte é poupada e representa uma saída de renda e o gasto de investimento simboliza uma entrada de recursos. Parte da renda dos indivíduos é taxada pelo Governo e reduz a renda disponível para os gastos de consumo. A taxa  o representa uma retirada de recursos do fluxo de renda, e os gastos públicos em produtos e fatores de produção injetam recursos no fluxo de renda.

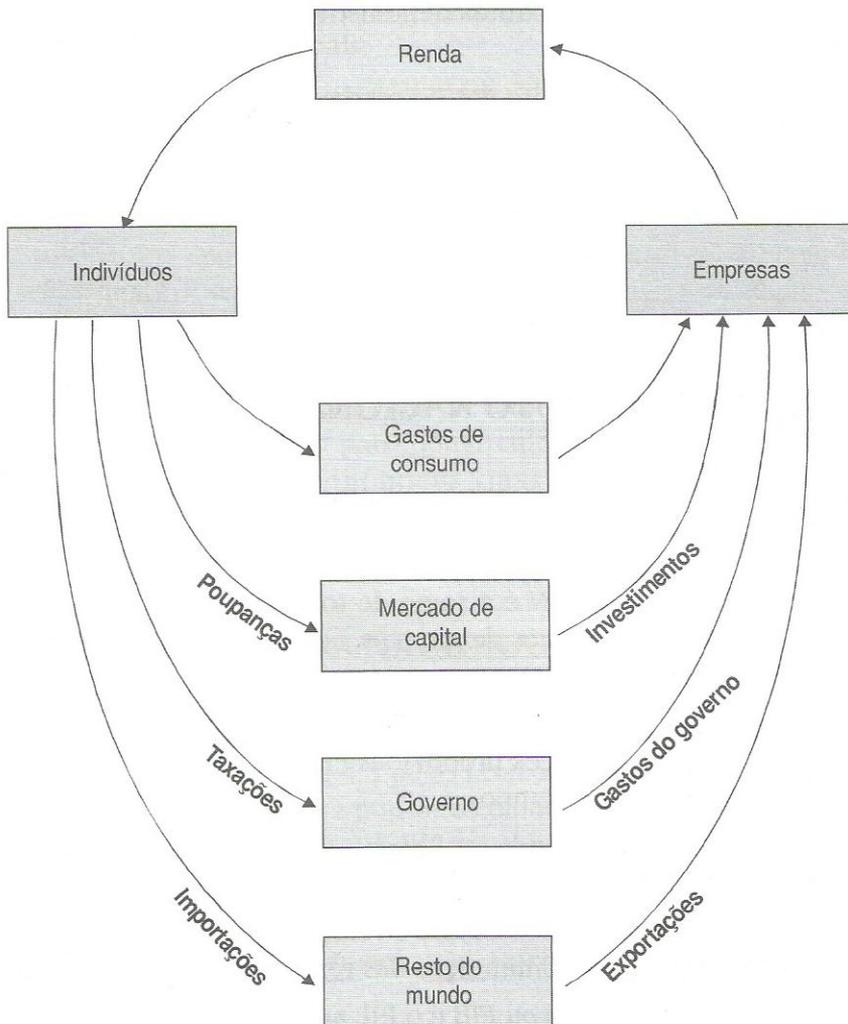


Figura 4.2 Modelo complexo das relações entre os fluxos de renda monetário e físico da renda nacional.

Os indivíduos ainda gastam parte de suas rendas em bens e serviços importados, e a importação representa uma saída de recursos. Por outro lado, parte da produção das empresas é vendida para compradores do exterior, onde a exportação representa uma entrada de recursos no fluxo de renda.

No caso específico do turismo, a parte da renda dos indivíduos que é gasta em produtos turísticos representa uma parcela dos gastos totais de consumo da economia. E a que as empresas gastam como investimento para a produção de novos produtos demonstra uma entrada de recursos na economia.

Nesse modelo de fluxo circular de renda monetária e física, o nível de equilíbrio da renda nacional é aquele ao qual corresponde a igualdade entre a saída e a entrada de recursos dos fluxos de renda, isto é:

Poupanças + Taxações + Importações	=	Investimentos + Gastos do Governo + Exportações
↳ saída de recursos		↳ entrada de recursos

4.2 RENDA E PRODUTO NACIONAL

Importa classificarmos os principais tipos de produtos e rendas que podem ser usados como indicadores econômicos nacionais. Destacamos:²

- *Renda Nacional ou RN* é a soma de todas as rendas monetárias recebidas pelos indivíduos de um país, ao longo de determinado período de tempo.
- *Produto Nacional Bruto ou PNB* é a soma dos valores monetários de todos os bens e serviços produzidos em um país, ao longo de determinado período de tempo.
- *Produto Nacional Líquido ou PNL* é o PNB menos a depreciação dos bens de capital ao longo da vida útil dos mesmos.
- *Produto Interno Líquido ou PIL* é o PNB adicionado das rendas recebidas do exterior e da diminuição das rendas enviadas para o exterior.
- *Produto Interno Bruto ou PIB* é o PIL acrescido das depreciações dos bens de capital ao longo do tempo de vida útil dos mesmos.

2. SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. *Macroeconomia*, 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995, p. 129.

Em se tratando do PIB, da forma mais usual como indicador econômico, muito embora seja reconhecida a escassez de dados estatísticos relativos à participação do setor turístico no caso do PIB brasileiro, é importante mencionarmos algumas estimativas aproximadas. É o caso das pesquisas realizadas conjuntamente pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) e pelo World Travel and Tourism Council (WTTC), afirmando que a receita gerada pelo turismo direta e indiretamente, para o ano de 2000, corresponde a aproximadamente 5% do PIB brasileiro. Além disso, a análise assegura que o setor turístico emprega 9% da população economicamente ativa do país.

Sabe-se que, mundialmente, a média de participação do turismo na economia tem variado de 1% a 8%. Na Espanha, esse índice é de 10% como resultado de um trabalho longo e de uma cuidadosa estratégia do setor turístico espanhol, que recebe anualmente mais de 60 milhões de turistas.

Devemos lembrar ainda a interdependência estrutural da atividade turística com todos os setores econômicos produtivos. Embora o turismo apresente-se como uma atividade pertencente ao setor econômico terciário, ele tem uma correlação muito estreita e uma inegável interação com os setores primário e secundário da economia de um país. Além disso, sendo uma atividade que comercializa o patrimônio cultural e natural de uma região, reúne não só aspectos econômicos, mas também políticos, sociais, ambientais, culturais e outros que serão mencionados adiante.

4.3 NÍVEL DA RENDA NACIONAL DE EQUILÍBRIO

O ponto de interseção, entre as curvas de demanda e a de oferta agregada, representado na Figura 4.3 pelas retas DA e OA , é o nível de equilíbrio da renda nacional, RN_e . Nesse ponto, os planos de demanda e de produção da economia estão sincronizados, não representando necessariamente um nível de renda que corresponde ao do pleno emprego. O equilíbrio desse é um caso especial no qual a demanda agregada equivale exatamente ao produto nacional bruto potencial, não existindo o hiato inflacionário ou deflacionário.³

3. SAMUELSON, P. A.; NORDHAUS, W. D. Op. cit., p. 447-462.

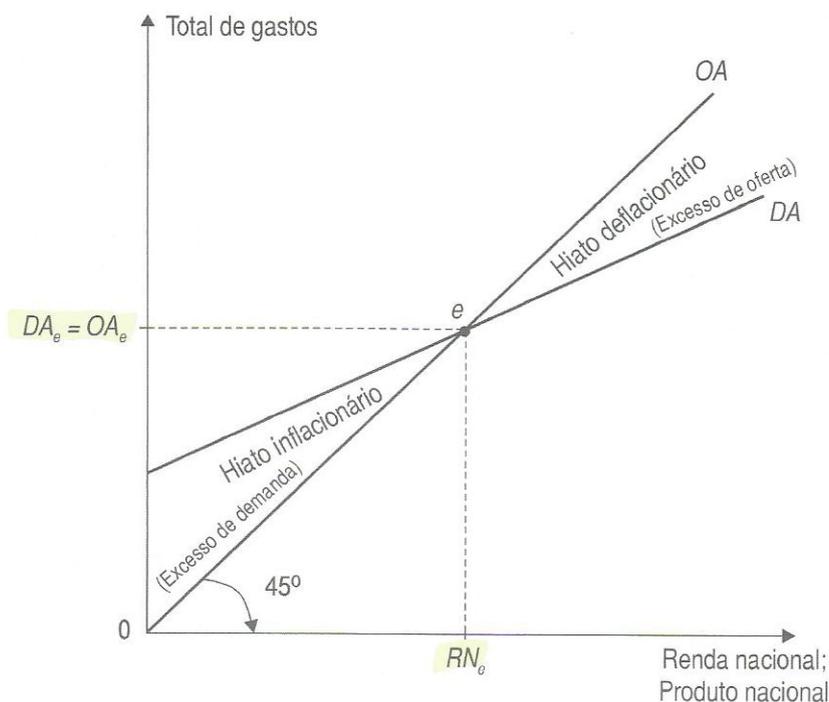


Figura 4.3 *Equilíbrio da renda nacional.*

Nessa representação verificamos que o nível de renda nacional ou produto nacional de equilíbrio é indicado por RN_e .

A demanda agregada, DA , chamada de gastos ou dispêndios agregados, é constituída pelo total dos gastos, em termos nominais, em bens e serviços. No modelo do fluxo circular da renda nacional, a demanda agregada é constituída pelos gastos de consumo, C , gastos de investimento, I , gastos do Governo, G , e exportações menos importações, $X - M$, com a condição de a poupança total, P , ser igual ao investimento I . Em notação matemática, temos:

$$D_A = C + I + G + (X - M)$$

sob a condição de que:

$$P = I$$

Desses componentes da demanda agregada os gastos de consumo são relativamente estáveis e variam lentamente ao longo do tempo. Outros são mais sensíveis e mudam rapidamente, como é o caso dos gastos de investimentos que causam flutuações nos níveis das atividades econômicas.

A oferta agregada, OA , é constituída pelo total dos bens e serviços internos ofertados pelas empresas e pelo governo, incluindo produtos de consumo e bens de capital.

Em curto prazo, a reta OA tende a variar com o nível da demanda de bens e serviços. As diferenças entre esta e aquela não podem ser muito grandes ou existir por muito tempo, e as empresas, geralmente, oferecerão mais produtos se elas tiverem a expectativa de que os gastos serão suficientes para vender todo o acréscimo de produção. A longo prazo, a oferta agregada pode aumentar como resultado de:

- aumento no tamanho e na qualidade da força de trabalho;
- aumentos em quantidade e qualidade do estoque de capital;
- melhoria na produtividade da mão-de-obra.

A representação gráfica da oferta é feita por uma reta ascendente que forma um ângulo de 45° com outra reta, significando que as empresas irão oferecer qualquer nível de produto nacional somente se elas acreditarem que o nível dos gastos totais, isto é, a demanda agregada, será suficiente para que elas vendam toda a sua produção. Essa expectativa se concretiza no ponto e da Figura 4.3, onde os níveis da oferta e da demanda agregada são iguais, ou seja, $OA_e = DA_e$, ao nível de equilíbrio da renda ou produto nacional RN_e .

4.4 MULTIPLICADORES DA RENDA NACIONAL

De acordo com Keynes, o conceito de multiplicador foi inicialmente observado durante o período final da segunda metade do século XIX, quando se verificou que variações no nível de atividade de uma indústria poderiam influir no nível de atividade de outras indústrias e, conseqüentemente, poderiam criar um efeito múltiplo em toda a economia. A magnitude deste dependerá em grande parte da intensidade das relações inter-setoriais que, no geral, são determinadas pelo tamanho e pelo grau de desenvolvimento de cada economia.

Definimos o multiplicador de uma economia como um coeficiente numérico que quantifica a modificação induzida, via variação dos níveis dos investimentos, no nível de equilíbrio da renda nacional, devido a uma alteração inicial do nível dos gastos totais da economia.

O efeito multiplicador representa o fenômeno pelo qual algum acréscimo ou decréscimo inicial dos gastos totais irá ocasionar uma elevação ou

uma diminuição mais do que proporcional do nível de equilíbrio da renda ou produto nacional.

O valor numérico do multiplicador, k , é dado por:

$$k = \frac{1}{1 - PM_aC + PM_aIM} \quad \text{ou} \quad k = \frac{1}{PM_aP + PM_aIM}$$

onde:

$PM_aC + PM_aP = 1$, ou seja, a propensão marginal a consumir mais a propensão marginal a poupar é igual à unidade, significando que toda a renda é consumida ou poupada,

e

$$PM_aC = \text{propensão marginal a consumir} = \frac{\text{variação no consumo}}{\text{variação na renda}} = \frac{\Delta C}{\Delta R}$$

$$PM_aP = \text{propensão marginal a poupar} = \frac{\text{variação na poupança}}{\text{variação na renda}} = \frac{\Delta P}{\Delta R}$$

$$PM_aIM = \text{propensão marginal a importar} = \frac{\text{variação na importação}}{\text{variação na renda}} = \frac{\Delta IM}{\Delta R}$$

Exemplificando, se a PM_aC de uma economia é 0,6 e a $PM_aIM = 0$, então o valor numérico do multiplicador é:

$$k = \frac{1}{1 - 0,6} = \frac{1}{0,4} = 2,5$$

Se aumentarmos a PM_aC para 0,8 e a PM_aIM continuar igual a zero, o multiplicador será:

$$k = \frac{1}{1 - 0,8} = \frac{1}{0,2} = 5,0$$

Portanto, observamos que à medida que a PM_aC aumenta, tudo o mais permanecendo constante, o valor numérico do multiplicador cresce. Isso equivale a dizer que à medida que a PM_aP diminui o valor numérico do multiplicador aumenta.

Considerando um exemplo numérico, vemos que o efeito multiplicador de um gasto extra em empreendimentos turísticos de 2 milhões de dólares sobre um nível de equilíbrio da renda nacional de 200 milhões de dólares será de:

- cinco milhões de dólares para o caso de $k = 2,5$ e determinará um novo nível de equilíbrio da renda nacional igual a 205 milhões de dólares;

- b. dez milhões de dólares para o caso de $k = 5,0$ e determinará um novo nível de equilíbrio da renda nacional da ordem de 210 milhões de dólares.

Se incluirmos, agora, que no exemplo da $PM_a C = 0,6$, a $PM_a IM$ passa a ser de 0,1, então o valor numérico do multiplicador será:

$$k = \frac{1}{1 - 0,6 + 0,1} = \frac{1}{0,5} = 2,0$$

Dessa forma, observamos que à medida que a $PM_a IM$ aumenta, tudo o mais permanecendo constante, o valor numérico do multiplicador diminui. Nesse caso, o efeito multiplicador do gasto extra de 2 milhões de dólares será de 4 milhões de dólares e determinará um novo nível de equilíbrio da renda nacional da ordem de 204 milhões de dólares.

4.5 MULTIPLICADORES DO TURISMO



Os multiplicadores específicos do turismo permitem quantificar as variações dos níveis de renda, do emprego, do produto e da entrada ou saída de divisas, em decorrência das variações verificadas nos níveis iniciais de gastos com o turismo.

Existem os seguintes multiplicadores específicos do turismo que podem ser calculados para qualquer economia:

- *multiplicador da renda*: representa as variações da renda interna causadas pela variação inicial dos gastos turísticos;
- *multiplicador do emprego*: simboliza as variações do número de empregos ofertados, causadas pela variação inicial dos gastos turísticos;
- *multiplicador do produto*: demonstra as variações do produto, ocasionadas pela variação inicial no nível de gastos turísticos;
- *multiplicador das importações*: indica o valor associado das variações das importações de bens e serviços com os gastos adicionais derivados do turismo;
- *multiplicador das receitas do governo*: representa o montante adicional de receita do governo, criado por cada unidade extra de gasto turístico.

A determinação do valor numérico desses multiplicadores é de grande importância para o planejamento econômico racional e eficiente do setor

turístico, pois permite aos responsáveis quantificarem a magnitude dos diferentes impactos que são determinados pela variação dos níveis de gastos realizados pelos indivíduos com os produtos turísticos existentes, em especial nos países em processo de crescimento e desenvolvimento econômico.⁴

4.6 IMPACTOS ECONÔMICOS DO TURISMO

Em qualquer lugar onde haja uma atividade turística ela irá gerar uma variedade de impactos econômicos, os quais podemos classificar em:⁵

- *impactos diretos*: representados pelo total de renda criada nos setores turísticos como resultante direta da variação dos gastos com esses produtos;
- *impactos indiretos*: representados pelo total de renda criada pelos gastos dos setores de turismo em bens e serviços produzidos e ofertados na economia;
- *impactos induzidos*: representados na medida que os níveis de renda aumentam em toda a economia como resultado dos impactos diretos e indiretos das variações dos gastos turísticos, e, ainda, parte da renda adicional é gasta em bens e serviços produzidos internamente.

Dentre os **impactos positivos** que a atividade turística provoca sobre a economia de um país, podemos citar:

a) *O turismo aumenta a renda do lugar visitado via entrada de divisas*

O lugar anfitrião é definido, de forma geral, como um país, um estado ou uma região, e seu governo deve objetivar a maximização da renda local.

Independentemente da explicação conceitual do lugar anfitrião, os gastos que os turistas provenientes de outras regiões efetuam nessas zonas representam entradas de recursos na economia dessas áreas. Assim, por exemplo, um turista norte-americano que viaje para o Brasil, tendo obtido sua renda nos Estados Unidos, quando gasta seu dinheiro em produtos bra-

4. MILONE, P. C. *Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas*. In: Equipe de Professores da USP, *Manual de Economia*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 511-530. Cap. 22.

5. GUNN, C. A. *Tourism planning*. 2. ed. New York: Taylor & Francis, 1988. p. 2-7.

sileiros, injeta dinheiro novo na economia. Logo, os gastos que os estrangeiros realizam com produtos turísticos existentes representam exportações de turismo para o país.

Na Figura 4.4 mostramos esquematicamente a exportação turística brasileira para os Estados Unidos, em termos dos fluxos de turistas e de seus gastos em produtos no Brasil.



Figura 4.4 *Exportação turística do Brasil para os Estados Unidos.*

Vemos que o fluxo de entrada de turistas norte-americanos irá provocar um fluxo de entrada de divisas, no caso o dólar, que será utilizado na compra dos produtos turísticos brasileiros e, como consequência, determinará um aumento da renda nacional. Como vimos, a magnitude do efeito global desses gastos dependerá dos valores numéricos do multiplicador e das propensões marginais a consumir e a importar da economia brasileira.

A entrada de divisas, via setor turístico, é de grande importância para o crescimento econômico dos países em desenvolvimento. Devemos, porém, ressaltar que, muitas vezes, alguns desses países são incapazes de aplicar toda a entrada de divisas, via gastos em seus produtos, nos programas de crescimento do turismo interno e da economia.

Isso ocorre porque esses países são obrigados a gastar uma parte dessas divisas em importações necessárias para a manutenção e apoio da própria atividade turística, já que os turistas estrangeiros, especialmente os que provêm de países desenvolvidos, exigem um nível de infra-estrutura e de super-estrutura muito elevado. Outra parte das divisas também deve ser gasta nas importações de alimentos, bebidas e outros artigos que os visitantes estrangeiros estão acostumados a consumir em seus países de origem. O resultado líquido é que somente uma parcela dessas divisas permanece no país receptor.

A razão entre o montante de divisas gastas em importações para apoio ao turismo e as exportações turísticas é denominada de *razão de reflexão do turismo*. E, em alguns países, essa razão é tão alta que os governos começam a duvidar da conveniência e eficiência da utilização do turismo como fonte principal, muitas vezes única, de obtenção de divisas estrangeiras. Por exemplo, no Caribe, descobriu-se que a razão de reflexão do turismo era de 70%, ou seja, 70 cents de cada dólar recebido pelas exportações turísticas vazavam da renda do país para pagar as importações

exigidas pelos turistas. Assim, nesses países não é conveniente fomentar unicamente o turismo como fonte exclusiva de garantir-se a entrada de recursos estrangeiros.

Acreditamos que a solução, para que um governo possa lograr benefícios máximos do potencial da entrada de divisas via turismo, seja a de desenvolver a indústria interna reduzindo as importações. Tal proposta deve ir ao encontro da realidade local e produzir artigos para o setor turístico que sejam utilizados com eficiência, a fim de minimizarem o nível das importações de produtos exigidos pelos turistas estrangeiros.

b) *O turismo estimula investimentos e gera empregos*

Se, por um lado, a indústria turística necessita de grandes investimentos em super e infra-estrutura, uma vez que está em constante evolução, também proporciona emprego para um número elevado de trabalhadores semi-especializados. É uma indústria intensiva de mão-de-obra e, portanto, é um meio eficiente de gerar novos empregos. Ademais, a escassez de trabalhadores especializados não é uma restrição muito séria, exceto em nível administrativo, como acontece com tantas outras indústrias.

Existem, ainda, inúmeras unidades pequenas que prestam uma variedade de diferentes serviços que podem ser utilizados pelos turistas como: bares, restaurantes, lavanderias, farmácias, fotógrafos, lojas de artesanato etc. Essas empresas exigem níveis de investimentos menores e geram uma oferta de empregos significativa no setor de serviços que atende também ao mercado turístico.

Os dados dos países em desenvolvimento, com relação à indústria turística, indicam consideráveis diferenças na geração de empregos. Por exemplo, hotéis na área do Mediterrâneo geram um aumento de cerca de 50% em termos de empregos diretos do que no Leste Africano.

Sem dúvida, como resultado das inúmeras atividades turísticas, observamos uma grande geração de empregos ligados a este setor. Um de cada 15 trabalhadores tem emprego em atividades turísticas diretas e indiretas, somando em nível mundial mais de 250 milhões de pessoas.

Mais amplas e economicamente mais diversificadas, as ilhas do Caribe, como, por exemplo, Jamaica e Porto Rico, têm provido, pelo turismo, cerca de 10% do emprego local, ou seja, basicamente um de cada 10 empregados trabalha nesse setor.

Em pequenas ilhas, o volume de empregos pode atingir até mais de 50%. Por exemplo, em Bermuda o emprego direto e indireto do turismo representa 75% da força de trabalho nacional.

Em economias maiores e mais diversificadas, a indústria do turismo representa, com certeza, um resultado positivo. Todavia, nas economias pequenas, em países atrasados, com poucas perspectivas de desenvolvimento nos setores modernos, essa indústria pode criar problemas substanciais, como, por exemplo, uma explosão na construção gerada pela edificação de hotéis e *resorts*, que podem produzir situações controversas. Como o caso ocorrido em Seychelles, pela rápida expansão da indústria do turismo com a construção do aeroporto internacional, de uma infra-estrutura de apoio e dos novos hotéis que levaram a um aumento de trabalhadores na construção de 1.300 para 4.000, ou seja, de 10% para 25% da força de trabalho. Depois de três anos, isso caiu para 17,5%, ou seja, 2.750 trabalhadores. Posteriormente, os trabalhadores da construção desempregados não foram facilmente absorvidos pela indústria hoteleira, que não exige muita habilitação, além do fato de os novos empregos nos hotéis terem sido mais disponibilizados para as mulheres do que para os homens.

A explosão da construção encorajou uma migração da agricultura para os empregos na construção, que pagavam salários melhores. A mão-de-obra no setor primário caiu de 4.500 para 2.500 durante o estouro, e cresceu muito marginalmente desde então.

Muitos observadores têm notado que a qualidade dos empregos criados é freqüentemente baixa. Estudos de casos têm documentado, geralmente, que esses empregos relacionados com o turismo pagam muito pouco e exigem mão-de-obra pouco qualificada, em várias áreas distintas, como no Caribe, no Mediterrâneo, nos Alpes e, inclusive, em muitas partes dos Estados Unidos e também no Brasil.

A principal exceção a esse padrão foi o período da manifestação relativa na indústria de construção que gerou empregos com altos salários durante uma rápida fase de desenvolvimento turístico. Todavia, esse é um problema temporário que, agregado com a sazonalidade crônica, gera na indústria do turismo o fato de muitos empregos serem de tempo parcial ou de natureza temporária e efêmera.

Além do mais, o emprego na agricultura de uma economia é indiretamente afetado pelo turismo. A produção de alimentos pode ser estimulada pelo turismo por meio do crescimento da demanda ou, por outro lado, o turismo pode levar as pessoas da terra a uma queda da produtividade, causada pelo aumento de preços, mesmo para aqueles cuja renda não cresceu com o desenvolvimento turístico.

Particularmente em economias muito pequenas, o setor da agricultura, em vez de ser estimulado para o turismo, pode ser substituído por ele. Pode perder a competição em termos de trabalho e terra, especialmente onde a terra agrícola se apresenta em regiões geográficas desfavoráveis. Algumas

experiências mundiais têm demonstrado, como o caso de algumas regiões na Espanha, que o turismo estimulou a produção agrícola, incentivando também a produção de carnes, vegetais e frutas para os turistas. Por outro lado, as Ilhas Canárias, que poderiam por si mesmas produzir muitos alimentos, ainda importam uma larga quantidade dos mesmos para os turistas europeus.

Na Tunísia, muitos dos produtos agrícolas e de horticulturas para os turistas são ofertados localmente. Parece, porém, que a produtividade agrícola está em declínio, e muitos fazendeiros estão abandonando seus trabalhos em troca de serviços turísticos que pagam mais, além do fato de que trabalhadores imigrantes de pouca qualificação, vindos de outras regiões, os têm substituído.

No Senegal, os lucros das vilas com os convidados das casas, ou seja, os turistas, são investidos para o aumento da produção agrícola. Esse aspecto positivo deu emprego aos jovens que poderiam, por outro lado, ter migrado para as cidades, e ao mesmo tempo aumentou a oferta de alimentação local devido aos benefícios de financiamento e subsídios derivados do turismo.

Além disso, as facilidades de transporte, tais como a construção de aeroportos e de outros transportes de massa, bem como as facilidades administrativas e bancárias, que são necessárias nas regiões dos turistas, têm promovido empregos para muitas pessoas de diferentes qualificações.

c) *O turismo como meio de redistribuição de riquezas*

Quando um turista obtém renda em um lugar e gasta em outro, com o propósito de viagem, ocorre uma redistribuição de riquezas. A renda “sai” do lugar-origem e “entra” no lugar-destino. Por meio do turismo, a transferência ocorre de maneira bastante satisfatória, tanto para o indivíduo que se beneficia por sua experiência, como para a população local que compartilha seus recursos naturais e culturais com o turista.

No Brasil, onde as diversas regiões territoriais compõem um manancial muito grande de belezas naturais e atrativos turísticos, a atividade do turismo deve ser estimulada como forma de melhorar a redistribuição de renda regional dentro dessas diferentes localidades com culturas distintas.

d) *Os efeitos multiplicadores do turismo*

Um dos mais importantes impactos econômicos no turismo é avaliado pela intensidade por meio do qual o dinheiro gasto pelos visitantes permanece na região de destinação para ser reciclado por meio da economia local. Esse conceito é conhecido como efeito multiplicador, cuja formulação teórica foi descrita no tópico anterior.

O turismo promove renda para os empregados de hotéis, restaurantes, empresas de transportes, lugares de lazer e entretenimento e, em menor grau, para muitos negócios comerciais vizinhos. Esses negócios, por sua vez, consomem produtos dos ofertantes locais, como, por exemplo, o alimento consumido no restaurante que tem que ser comprado de um vendedor do lugar, fazendo com que suas necessidades sejam satisfeitas pela agricultura e pelo transporte da localidade.

Assim, parte do dinheiro gasto pelos turistas em restaurantes, hotéis e atrações de lazer vai para os salários dos empregados que, por sua vez, pagam aluguel e compram novos alimentos.

O total da renda obtida nesse processo pode ser bem maior do que a soma inicialmente gasta pelos turistas. Esse é o efeito do multiplicador e pode ser expresso em termos quantitativos indicando quanto da renda total irá aumentar como resultado dos gastos turísticos.

Basicamente, o efeito multiplicador representa o fenômeno pelo qual algum acréscimo ou decréscimo inicial dos gastos totais irá ocasionar uma elevação ou uma diminuição mais do que proporcional do nível da renda nacional.

Fletcher e Snee⁶ apresentam os valores de alguns multiplicadores da renda gerada pelo turismo para a economia nacional de alguns países e cidades. Dentre eles, destacamos o coeficiente (k) de 1,98 para a Turquia; 1,73 para a Inglaterra; 1,27 para a Jamaica; 1,23 para o Egito; 0,79 para a Bahamas; 0,28 para Edimburg e 0,19 para Winchester. Por tais dados, podemos observar que o valor do multiplicador tende a decrescer quando a análise parte de uma grande economia nacional para uma cidade ou região individualizada.

Um exemplo clássico de uma área com um baixo multiplicador é o Caribe. Muitos bens demandados pela massa turística necessitam de ser importados do continente, deixando relativamente poucos benefícios para as economias locais. Exacerbando essa situação observamos a prática comum dos turistas pagarem antecipadamente suas férias inteiras, antes mesmo de chegarem ao país de destino. Assim, os poucos gastos que restam são freqüentemente realizados com cartão de crédito e transações eletrônicas, com pouco dinheiro circulando na economia destas áreas de destinação.

Como a importância de obtenção de receitas turísticas tem aumentando rapidamente nos anos recentes, da mesma forma os esforços para con-

6. FLETCHER, I.; SNEE, H. *Tourism Multiplier Effects*. In: WITT, E.; MOUTINHO, L. *Tourism: marketing and management handbook*. Cap. 22. Londres: Prentice Hall, 1989. p. 656.

trolar os fluxos de divisas para fora delas também têm crescido. Observa-se a preocupação econômica de reduzir a perda de dinheiro com: taxas de administração pagas para empregados estrangeiros, assessores ou consultores; renda recebida por investidores estrangeiros, incluindo propriedades de hotéis, salários para artistas estrangeiros, comissão para agências de viagens e operadores de pacotes turísticos; bem como os gastos relacionados com os eventos e a promoção da imagem do país no exterior.

Dessa forma, é muito importante o cuidado que se deve ter quando interpretar o conceito de multiplicador econômico do turismo. A magnitude de seus efeitos varia de acordo com os métodos, escalas de economia, estrutura de economia, sazonalidade e volume de importações utilizado pelo turismo. É importante ter bem clara, sempre, a utilização desses fatores.

Após mencionarmos alguns dos principais impactos positivos das atividades turísticas sobre a economia e a população de um país, é necessário ressaltarmos que muitas vezes o turismo provoca **impactos negativos**. Dentre esses, devemos citar:

a) *A pressão inflacionária*

Os turistas injetam dinheiro na economia da região visitada, e da mesma forma que esta entrada de recursos aumenta a renda local, também provoca uma pressão inflacionária. Os turistas têm sempre uma capacidade de gastar mais que os residentes, seja porque dispõem de um poder aquisitivo maior, seja porque poupam para as viagens e sentem maior inclinação para o consumo, especialmente por estarem gozando de uma situação de férias. Conseqüentemente, por serem capazes de pagar e por necessitarem dos produtos turísticos, fazem com que seus preços, bem como os dos demais bens e serviços existentes na região, sejam elevados durante a temporada turística.⁷

Essa pressão inflacionária é prejudicial às populações das regiões turísticas, porque a alta dos preços, no geral, atinge também os bens e serviços de primeira necessidade, como alimentação, habitação, transportes, vestuário etc.

Nos países em desenvolvimento que dependem principalmente da agricultura, com a introdução do turismo há uma conseqüente redução da produção rural. Tal fato ocorre porque a lavoura é considerada nesses países como uma atividade de baixa produtividade. A expectativa de salários mais

7. SAMUELSON, R. A.; NORDHAUS, W. D. Op. cit. p. 578-586.

altos e de outros atrativos na indústria turística faz com que o trabalhador do campo prefira mudar de atividade. Como resultado, a produção agrícola declina justamente quando a demanda de alimentos aumenta devido à entrada dos turistas. Tal fato origina uma pressão inflacionária que pode agravar ainda mais essas frágeis economias e provocar também uma maior instabilidade social e política nesses países.

b) *A grande dependência com relação ao turismo*

Não é aconselhável que os países em desenvolvimento adotem políticas de crescimento econômico regional e, principalmente, global baseadas unicamente na expansão do setor turístico de suas economias.

A extrema dependência da economia desses países com relação às atividades turísticas os torna vulneráveis às flutuações sazonais da demanda de produtos turísticos, que são determinadas tanto por fatores internos, como por externos.

Sabemos que a queda da demanda turística, qualquer que seja sua causa, irá provocar uma retração do nível de atividade econômica e, conseqüentemente, aumentar o desemprego nas regiões turísticas. E a magnitude e a extensão dessas crises dependerão diretamente do grau de dependência que essas regiões tenham com o turismo.

c) *Os custos sociais e ambientais*

Em muitas situações, as atividades turísticas impõem certos custos sociais e ambientais às regiões turísticas e aos residentes. Muitas vezes, o crescimento do turismo pode provocar uma devastação nos recursos naturais e culturais dessas regiões. Quando a demanda por viagens para o Havaí sofreu uma diminuição de 3%, na década dos anos 70, muitos pesquisadores consideraram favorável essa tendência, ressaltando as conseqüências ambientais e sociais nocivas derivadas do crescimento contínuo do turismo na região. Alegavam que o aumento da demanda turística causaria estragos irreparáveis aos recursos naturais, além da penetração de um grande número de turistas na sociedade havaiana. Os dois efeitos foram considerados indesejáveis. Por outro lado, foi salientado que o declínio do crescimento da demanda turística no Havaí era também perigoso, pois, durante anos, o turismo havia relegado a um plano secundário outras duas importantes indústrias, a do açúcar e a do abacaxi, e passado a ser considerado como a principal e mais importante sustentação econômica das ilhas.⁸

8. McINTOSH, R.; GUPTA, S. *Turismo: planeación, administración y perspectivas*. 2. ed. México: Limusa, 1989. p. 290-291.

d) *As prioridades de investimentos*

Por vezes, os governos dos países em desenvolvimento adotam uma visão muito otimista com relação ao papel que o turismo pode desempenhar nos mesmos. Levam a cabo programas dinâmicos de investimentos para fomentar o turismo e dão a este setor prioridade máxima em seus esquemas de desenvolvimento. Em tais casos, pode haver um descuido de investimentos nas necessidades mais fundamentais para o país. A educação, a saúde, o transporte, a moradia e outros itens do bem-estar social da população devem ser a preocupação principal de um país em desenvolvimento e, nesses casos, qualquer prioridade voltada unicamente para o setor turístico será prejudicial e indesejável.

Podemos concluir que as autoridades governamentais dos países em desenvolvimento devem ter como objetivo a otimização das relações custos e benefícios advindas da expansão do setor turístico. E devem, de forma racional e eficiente, administrar os interesses das regiões turísticas dentro do contexto de crescimento e desenvolvimento sustentável e equilibrado das diferentes regiões desses países.

4.7 TURISMO E BALANÇO DE PAGAMENTOS

O balanço de pagamentos é o registro contábil de todas as transações realizadas entre os residentes de um país e os dos outros países do mundo durante determinado período de tempo, geralmente de um ano.⁹ Envolve tanto transações econômicas com bens e serviços, como transações econômicas com capitais físicos e monetários.

Usualmente, as transações são agrupadas em duas grandes categorias: as *transações correntes* e as *de capital*. As primeiras englobam os fluxos reais de bens e serviços, e os pagamentos correspondentes às receitas e despesas efetuadas. As transações de capital, por outro lado, correspondem às atividades de caráter essencialmente financeiro, como os investimentos de estrangeiros no país considerado e os investimentos dos residentes realizados em outro país que não o de sua origem.

Segundo padrões do Fundo Monetário Internacional (FMI), a estrutura do balanço de pagamentos é agrupada conforme observamos na Figura 4.5, a seguir:

9. SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P., Op. cit. p. 75-85. Cap. 2.

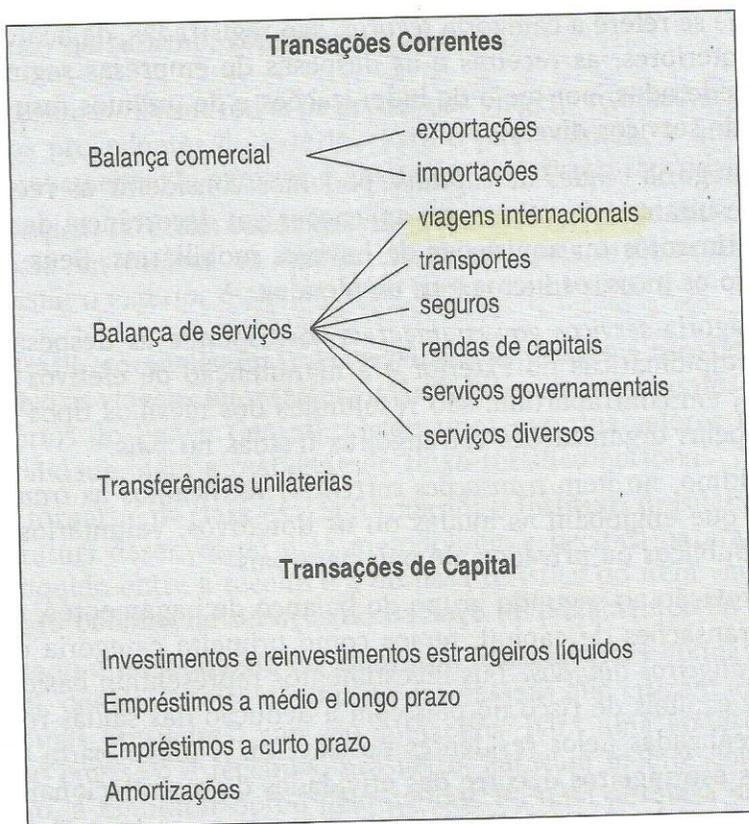


Figura 4.5 Estrutura do balanço de pagamentos.

Em relação à **balança comercial**, verificamos o registro dos movimentos das *exportações* (X) e *importações* (M) de um país. Quando o valor de X for maior que o de M , dizemos que ocorre um *superávit*; e se X for menor do que M , há um *déficit*.

No que se refere à **balança de serviços**, observamos que ela registra as despesas dos principais serviços relacionados com: *viagens internacionais*, *transportes*, *seguros*, *rendas de capitais*, *serviços governamentais* e *serviços diversos*.

Muito **significativas para o turismo**, as *viagens internacionais* englobam, como receita, os gastos realizados pelos turistas e homens de negócio em viagens pelo país considerado; e como despesa, os gastos de viagens realizados pelos residentes em outros países.

Na categoria de *transportes*, são contabilizadas as receitas resultantes dos fretamentos internacionais pelo uso dos meios de transporte e infraestrutura pagos pelos estrangeiros. Em contrapartida, são considerados como despesas os pagamentos feitos pelos residentes às empresas estrangeiras.

No que se refere à categoria *seguros*, são registradas, de acordo com os critérios anteriores, as receitas e as despesas de empresas seguradas dos países considerados, por meio de indenizações e de prêmios resultantes da prestação de serviços diversos.

Na categoria *rendas de capitais*, podemos considerar as receitas e as despesas resultantes de valores de aplicações em decorrência de empréstimos, investimentos ou aquisições de haveres mobiliários. Seus principais subitens são os juros, os lucros e os dividendos.

A categoria *serviços governamentais* corresponde às despesas com as atividades diplomáticas no exterior e a manutenção de efetivos militares. As receitas, em contrapartida, são resultantes dos mesmos tipos de gastos efetuados pelas organizações estrangeiras fixadas no país.

Por último, no item *transações correntes*, verificamos as *transferências unilaterais* que englobam as ajudas ou os donativos, voluntários ou compulsórios, públicos ou privados, de país para país.

Com relação ao segundo grupo do balanço de pagamentos, no que se refere às *transações de capital*, temos como primeira categoria os *investimentos estrangeiros líquidos*. Tais investimentos representam basicamente o ingresso de capitais de risco no país com a dedução das saídas relativas às inversões realizadas pelos residentes no exterior. A maior parte desses investimentos estrangeiros decorre das atividades de multinacionais no país.

Os *empréstimos a médio e longo prazo* decorrem de operações internacionais, em instituições oficiais ou privadas de crédito, que objetivam obter financiamentos de projetos e outras iniciativas de planejamento.

Os denominados *empréstimos a curto prazo* são decorrentes de eventuais desajustes temporários.

Finalizando, o último grupo, referente às *amortizações*, corresponde ao registro das amortizações de empréstimos de curto, médio e longo prazo, que representam entradas ou saídas de divisas.

No geral, o balanço de pagamentos pode ou não apresentar-se em equilíbrio. E os *desequilíbrios* podem ser *originários de duas naturezas: conjunturais ou estruturais*. Os *desequilíbrios conjunturais* são derivados de flutuações relacionadas ao desempenho das atividades econômicas, decorrentes do ritmo da produção, do consumo e dos investimentos. Os *desequilíbrios estruturais* têm sua origem relacionada à própria formação histórica da economia do país, bem como a sua condição de crescimento e desenvolvimento, disponibilidade de recursos e muitos outros fatores.

A entrada e a saída de divisas de um país devido aos fluxos de turistas são contabilizadas no balanço de pagamentos, na conta chamada de viagens internacionais, que pertence ao balanço de serviços, apresentada anteriormente.

No caso do turismo, considera-se como:

- *Receita turística*: todos os gastos das viagens realizadas pelos turistas procedentes do exterior. Para o país visitado, o fluxo turístico proveniente do exterior é chamado de turismo receptivo;
- *Despesa turística*: todos os gastos realizados pelos residentes de um país em viagens no exterior. Para esse país, o fluxo turístico que visita o exterior é chamado de turismo emissor.

No Brasil, ao analisarmos as receitas e as despesas turísticas do subitem relativo às viagens internacionais do balanço de pagamentos fornecidas nos relatórios do Banco Central, observamos que tais valores não abrangem a totalidade, nem a realidade do fluxo turístico nacional.

Para tornar mais clara essa informação, o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) desenvolveu uma metodologia específica para a estimação do saldo líquido entre a receita e a despesa turística do item viagens internacionais do balanço de serviços do balanço de pagamentos do Brasil.

Segundo a metodologia da Embratur, as estatísticas obtidas pela Polícia Federal, quando é feito o controle das pessoas que cruzam as fronteiras internacionais brasileiras, não são suficientes para uma análise completa do turismo emissor e receptivo brasileiro. Para um melhor conhecimento desse fluxo, a Embratur optou pelo método de uma pesquisa da demanda turística internacional desenvolvida na alta, média e baixa temporada, por meio da aplicação de dois questionários: um para os turistas residentes no Brasil em viagens ao exterior (Turismo Emissivo), e outro para os turistas estrangeiros ao visitarem o Brasil (Turismo Receptivo). Esses questionários são aplicados nos meses de janeiro, fevereiro, julho e novembro nos portões de entrada e saída de turistas das principais capitais do país.¹⁰

De posse dos dados estatísticos referentes ao movimento físico do turismo receptivo e emissor, da permanência média dos turistas e dos gastos médios *per capita*, que não incluem as despesas com passagens internacionais, podemos obter os valores respectivos da receita e da despesa turísticas, cuja diferença será o saldo entre as receitas e despesas com a conta do turismo no balanço de pagamentos do Brasil.

Assim, se considerarmos:

TR = Turismo Receptivo (número de entradas de turistas estrangeiros no Brasil);

10. BRASIL. Ministério da Indústria e Comércio – Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur – Pesquisa sobre turismo emissor e receptivo – Estudo da demanda turística internacional. Rio de Janeiro, 1986.

TE = Turismo Emissivo (número de saídas de turistas brasileiros do Brasil);

RT_r = Receita do Turismo Receptivo;

DT_e = Despesa do Turismo Emissivo;

GT_r = Gasto Médio do Turista Receptivo (*per capita*);

GT_e = Gasto Médio do Turista Emissivo (*per capita*);

PT_r = Permanência Média do Turista Receptivo (dias);

PT_e = Permanência Média do Turista Emissivo (dias).

Teremos então:

$$RT_r = TR \times GT_r \times PT_r$$

$$DT_e = TE \times GT_e \times PT_e$$

e, portanto,

$RT_r - DT_e$ = Saldo da conta turismo do balanço de pagamentos do Brasil.

Com base na metodologia apresentada, as evidências empíricas do comportamento do saldo de receitas e despesas de turismo do balanço de pagamentos do Brasil, para os anos de 1983 a 1998, demonstram resultados positivos com tendência decrescente para o período de 1983 a 1989, conforme podemos observar nos dados da Tabela 4.1. Esses saldos decrescem de 1983 a 1986, quando passam de aproximadamente 700 milhões para 63 milhões de dólares, recuperam-se em 1987 e 1988 quando atingem 250 e 560 milhões de dólares respectivamente e, finalmente, voltam a decrescer em 1989 com um valor de 474 milhões de dólares. A partir de 1990, a tendência inverte, e o saldo passa a ser negativo crescente, variando de 115 milhões de dólares em 1990 para 1,2 bilhão de dólares em 1998, com um pico negativo em 1996 no valor de 3,4 bilhões de dólares. E, para o ano de 2010, de acordo com as previsões de receita e despesa, o saldo previsto irá repetir o valor de 1996 e será negativo em 3,4 bilhões de dólares.

Tabela 4.1 *Saldo líquido das receitas e despesas turísticas do balanço de pagamentos do Brasil.*

Anos	Nº de turistas (mil)		Receita (US\$ milhões)	Despesa (US\$ milhões)	Saldo (US\$ milhões)
	Receptivo	Emissivo			
1983	1.420	622	1.533	839	+ 694
1984	1.596	783	1.512	939	+ 573
1985	1.736	955	1.493	1.194	+ 299
1986	1.934	1.116	1.527	1.464	+ 63
1987	1.929	1.097	1.502	1.249	+ 253
1988	1.743	955	1.643	1.084	+ 559
1989	1.272	1.070	1.224	750	+ 474
1990	1.091	1.188	1.444	1.559	- 115
1991	1.228	1.259	1.559	1.224	+ 335
1992	1.692	1.329	1.307	1.558	- 251
1993	1.572	1.400	1.091	1.892	- 801
1994	1.853	2.100	1.925	2.931	- 1.006
1995	1.991	2.600	2.097	3.412	- 1.315
1996	2.666	3.797	2.469	5.825	- 3.356
1997	2.995	4.852	2.669	4.576	- 1907
1998	3.100	4.400	2.800	4.000	- 1.200
1999 *	3.390	3.333	2.184	3.970	- 1.786
2000 *	3.652	3.493	2.229	4.164	- 1.935
2010 *	7.677	5.090	2.680	6.110	- 3.430

Fontes: (i) Anuários Estatísticos Embratur.

(ii) LAGE, B.; MILONE, P. *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000, p. 357-363.

Obs.: * valores projetados.

Para demonstrar a real *performance* do setor turístico, analisaremos o turismo mundial, o turismo receptivo brasileiro e as receitas turísticas do Brasil e do mundo cujos valores são apresentados nas Tabelas 4.1 e 4.2. Esses dados mostram com clareza a queda acentuada da receita turística brasileira em termos de sua participação na receita turística mundial, que passou de um percentual de 1,49% em 1983 para 0,56% em 1989, para 0,60%

em 1998 e com uma previsão de 0,45% para o ano de 2010. Por outro lado, a receita turística mundial cresce de forma significativa, passando de 103 bilhões de dólares em 1983 para 220 bilhões em 1989, para 466 bilhões em 1998, praticamente quadruplicando de valor nas últimas décadas; e com uma previsão de 591 bilhões de dólares para o ano de 2010.

Tabela 4.2 *Participação da receita brasileira na receita turística mundial.*

Receita Turística			
Anos	Mundo (US\$ bilhões) (I)	Brasil (US\$ milhões) (II)	Participação (%) (II/I)
1983	103	1.533	1,49
1984	113	1.512	1,39
1985	118	1.493	1,27
1986	142	1.527	1,08
1987	175	1.502	0,86
1988	203	1.643	0,81
1989	220	1.225	0,56
1990	266	1.444	0,54
1991	273	1.559	0,57
1992	311	1.307	0,42
1993	318	1.091	0,34
1994	352	1.925	0,55
1995	399	2.097	0,53
1996	423	2.469	0,58
1997	444	2.669	0,60
1998	466	2.800	0,60
1999 *	415	2.184	0,53
2000 *	431	2.229	0,52
2010 *	591	2.680	0,45

Fontes: (i) Anuários Estatísticos Embratur.

(ii) Organização Mundial de Turismo (OMT).

(iii) LAGE, B.; MILONE, P. *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000, p. 357-363.

Obs.: * valores projetados.

Tabela 4.3 *Participação do turismo receptivo brasileiro no turismo mundial.*

Anos	Número de Turistas	Turismo Receptivo	Participação (%) (II/I)
	Mundial (Milhões) (I)	Brasileiro (Mil) (II)	
1983	294	1.421	0,48
1984	312	1.596	0,51
1985	326	1.736	0,53
1986	334	1.934	0,58
1987	360	1.929	0,53
1988	392	1.743	0,44
1989	427	1.403	0,33
1990	458	1.091	0,24
1991	464	1.228	0,26
1992	503	1.692	0,34
1993	518	1.573	0,30
1994	545	1.853	0,34
1995	564	1.991	0,35
1996	594	2.666	0,45
1997	613	2.955	0,48
1998	633	3.100	0,49
1999 *	602	3.390	0,55
2000 *	618	3.652	0,59
2010 *	783	7.677	0,98

Fontes: (i) Anuários Estatísticos Embratur.

(ii) Organização Mundial de Turismo (OMT).

(iii) LAGE, B., MILONE, P. *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000, p. 357-363.

Obs.: * valores projetados.

Conforme a Tabela 4.3, o número de turistas no mundo, que era de 294 milhões de indivíduos em 1983, cresceu para 427 milhões em 1989,

para 633 milhões em 1998 e indica um valor previsto de 783 milhões para 2010. E a participação do turismo receptivo brasileiro no mundial, que era de 0,48%, com um total de 1.421 mil indivíduos em 1983, decresceu para 0,33%, com um total de 1.403 mil turistas estrangeiros visitando o país em 1989, voltou a crescer para 0,49% com um número aproximado de 3.100 mil turistas estrangeiros vindo ao Brasil em 1998 e mostra uma participação prevista significativamente crescente da ordem de 0,98% com um total de 7.677 mil turistas internacionais para o ano de 2010.

Dessa forma, fica evidente o contraste entre as *performances* positiva do turismo mundial e negativa do turismo brasileiro ao longo dos anos 80 e 90. E esse resultado é de extrema importância, pois o setor turístico ocupa atualmente uma posição de realce em muitas economias de países desenvolvidos, como por exemplo: Espanha, França, Itália e Estados Unidos.¹¹

Para que esse quadro se altere, a partir da primeira década do século XXI, e seja possível atingir a participação prevista de 0,98%, é necessário que as autoridades públicas e privadas vejam as atividades turísticas brasileiras como capazes de representarem um papel relevante na retomada do processo de crescimento e desenvolvimento econômico, por meio de suas contribuições para a diminuição das desigualdades regionais, para a geração de renda e de novos empregos e para a entrada de divisas no país.

4.8 TAXA DE CÂMBIO

Devemos, ainda, ressaltar que nas relações econômicas internacionais pelo envolvimento comercial das viagens e do turismo entre os diversos países, quando existe a presença de duas moedas diferentes, é necessário que se fixe uma relação de troca entre elas, que é chamada de *taxa de câmbio*.¹²

Assim, definimos *taxa de câmbio* como a relação entre o valor de duas unidades monetárias, indicando o preço de uma unidade monetária nacional, em termos da moeda estrangeira.

Como um produto qualquer, a determinação da taxa de câmbio pode ser representada graficamente como se vê a seguir na Figura 4.5, tomando-se como exemplo de unidades monetárias: o real (R\$), como moeda brasileira, comparado com uma moeda estrangeira.

11. WILLIAMS, A. M.; SHAW, G. *Tourism and economic development: western european experiences*. Londres: Belhaven Press, 1989. p. 1-11. Cap. 1.

12. SAMUELSON, P. A.; NORDHAUS, D. W. Op. cit. p. 677-680.

No caso de um mercado livre sem a intervenção das autoridades monetárias, a taxa de câmbio C será resultante da livre interação das curvas de demanda D e de oferta O , ocorrendo seu ponto de equilíbrio E no cruzamento das duas curvas da moeda estrangeira. Por exemplo, na Figura 4.6 o cruzamento entre a curva da oferta O e a curva da demanda D dá-se no ponto E , a uma taxa de câmbio de equilíbrio C^E .

Se, entretanto, ocorrer um deslocamento da oferta da moeda estrangeira com sua contração de O para O_1 , e mantendo-se inalterada a demanda, a nova situação de equilíbrio será deslocada para a posição E_1 , que determina uma nova taxa cambial de equilíbrio C_1^E superior à taxa de equilíbrio anterior C^E . E, nessa situação, os indivíduos demandam uma quantidade menor de moeda estrangeira, Q_1 , pois seu preço, medido pela taxa de câmbio, ficou mais elevado.

Por outro lado, se a oferta aumentar, passando de O para O_2 , no gráfico, haverá uma nova posição de equilíbrio E_2 , com conseqüente redução do nível da taxa cambial de equilíbrio para C_2^E . Nessa situação, como o preço da moeda estrangeira, expresso pela taxa de câmbio, caiu, a quantidade demandada aumentou de Q para Q_2 . Esse caso, expresso de forma simples, ilustra algumas das inúmeras possibilidades de alterações das taxas cambiais entre dois países.

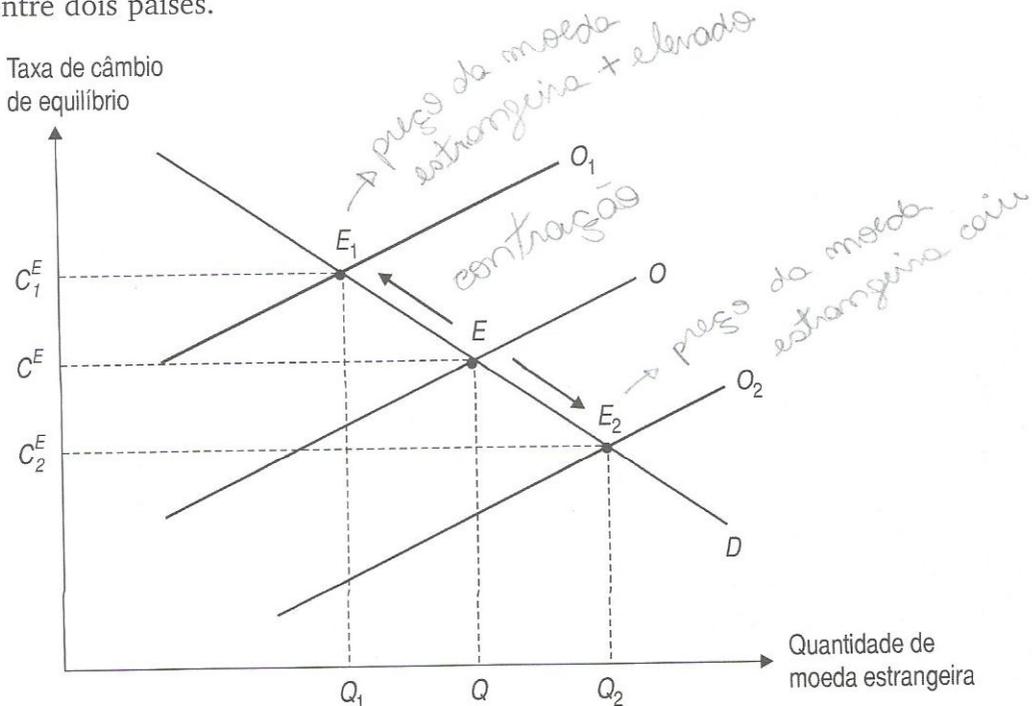


Figura 4.6 Equilíbrio da taxa de câmbio.

Importa enfatizar, no entanto, que a variação da taxa de câmbio é crucial para o turismo de um país.

→ No caso do Brasil, à medida que o valor do real (R\$) em termos da moeda estrangeira, por exemplo, cresce, ocorre de imediato um estímulo para uma expansão da demanda por viagens ao exterior por parte dos brasileiros, isto é, um aumento do fluxo de turismo emissor e, conseqüentemente, uma elevação das despesas turísticas.

Contrariamente, se o valor do real (R\$) cai relativamente ao dólar (US\$), as viagens ao exterior tornam-se mais caras e como resultado ocorre uma retração do turismo emissor e criam-se condições favoráveis para que haja um incremento dos fluxos receptivos no país.

Em especial, essas oscilações cambiais são as principais determinantes dos fluxos turísticos entre brasileiros e argentinos que se alternam ao longo do tempo, ora sendo a favor do Brasil, ora a favor da Argentina.

Dessas evidências, podemos concluir pela extrema significância que as modificações na política cambial podem ter em relação à determinação dos fluxos turísticos emissores e receptivos de um país, em especial do Brasil, cujas atividades turísticas encontram-se num estágio inicial de participação em relação aos fluxos do turismo mundial.

EXERCÍCIOS APLICADOS

1. Explique o que se entende por macroeconomia.
2. Qual é a diferença entre fluxo físico ou real e fluxo monetário?
3. Comente as entradas e saídas de recursos no modelo complexo das relações entre os fluxos de renda físico e monetário da renda nacional.
4. O que se entende por produto nacional de determinado país? Qual é sua relação com a renda nacional deste país?
5. O que se entende por Produto Interno Bruto (PIB) de um país?
6. Os gastos realizados pelos turistas estrangeiros com os produtos turísticos de um país representam uma entrada ou uma saída de recursos no fluxo circular da renda? Explique.
7. Apresente graficamente e explique a representação do nível de equilíbrio da renda nacional.
8. Como devem proceder as autoridades governamentais de um país em relação às variáveis reais da economia diante de um hiato deflacionário?

9. Como devem proceder as autoridades governamentais de um país em relação às variáveis reais da economia, diante de um hiato inflacionário?
10. O que é multiplicador de renda, também chamado de multiplicador keynesiano?
11. Por que a determinação do valor dos multiplicadores de turismo é importante na economia?
12. Supondo-se que a propensão marginal a consumir em uma economia fechada seja de 0,80 e que o governo pretenda investir um gasto adicional de 5 milhões de dólares sobre um nível de renda nacional de 100 milhões, determine o valor numérico do efeito multiplicador e, conseqüentemente, o novo nível de equilíbrio da renda nacional.
13. Qual foi o impacto sobre a renda interna de um país de um acréscimo de 2 milhões de dólares devido aos gastos realizados por um investimento extra no setor turístico nas seguintes situações:
 - a) a propensão marginal a poupar é 0,25, e a propensão marginal a importar é 0,05;
 - b) a propensão marginal a consumir é 0,75, e a propensão marginal a importar é 0,10;
 - c) a propensão marginal a consumir é 0,75, e a propensão marginal a importar é zero;
 - d) a propensão marginal a poupar é 0,45, e a propensão marginal a importar é zero.
14. Considerando-se uma propensão marginal a consumir equivalente a 0,7, e uma propensão marginal a importar igual a 0,1, pede-se:
 - a) calcular o valor do multiplicador;
 - b) se a propensão marginal a importar passar para 0,2 e a propensão marginal a consumir ficar em 0,7, o que ocorre com o multiplicador?
 - c) se a propensão marginal a importar permanecer em 0,1 e a propensão marginal a consumir passar para 0,8, o que ocorre com o valor do multiplicador?
 - d) se a propensão marginal a importar passar para 0,15 e a propensão marginal a consumir passar para 0,75, o que ocorre com o valor do multiplicador?
15. Qual é a diferença entre o efeito multiplicador de uma economia aberta e o de uma economia fechada?

16. O que significa: Quanto maior a propensão marginal a poupar, menor a propensão marginal a consumir?
17. O que se entende por sofisma da composição ou paradoxo da parcimônia relacionado à poupança?
18. O que é balanço de pagamentos e quais são as duas principais categorias de transações existentes?
19. Descreva os principais agrupamentos da estrutura do balanço de pagamentos de um país, de acordo com padrões do Fundo Monetário Internacional (FMI).
20. O que significam *superávit* e *déficit*, na conta turismo da balança comercial de um país?
21. Em relação ao balanço de pagamentos de um país, explique o que entende acerca dos subitens seguintes:
 - a) viagens internacionais;
 - b) transportes;
 - c) seguros;
 - d) rendas de capitais;
 - e) serviços governamentais;
 - f) serviços diversos.
22. Cite e explique os principais itens que compõem o grupo de transações de capital do balanço de pagamentos de um país.
23. Cite e explique dois impactos do turismo na economia de um país.
24. Cite e explique dois impactos negativos do turismo na economia de um país.
25. O que é “razão de reflexão do turismo”?
26. Qual é a diferença entre turismo receptivo e turismo emissivo?
27. De acordo com o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), qual é a metodologia que fornece o saldo entre as receitas e as despesas da conta turismo do balanço de pagamentos do Brasil?
28. O que entende por taxa de câmbio?
29. Por que as oscilações cambiais são significativas para o mercado turístico?

CASO DE ESTUDO:*Costiera Amalfitana, Região de Nápoles e Campania¹*

Caracterizada por montanhas, rochedos e vales, a área costeira da região de Nápoles e da Campania apresenta uma oferta turística com um dos mais belos balneários da Itália e uma enormidade de pequenas cidades e locais históricos de origem romana e grega, como Nápoles, Pompéia, Pozzuoli, Sorrento, Positano, Amalfi, Ilha de Capri, Ilha de Ischia, Ravello, Salerno e muitos outros.

Embora haja uma nítida sazonalidade temporal, essa região italiana, ao contrário de outras localidades turísticas, abriga visitantes o ano todo. É claro que no verão, nos meses de julho e agosto, a procura é maior, atraindo, só na Ilha de Capri, mais de dois milhões de turistas anualmente. É claro também que nessa época os preços são mais caros justificados pelo intenso sol, calor, proximidade das águas do mar e pela eterna beleza da estação dourada num meio ambiente incomparável.

Símbolo de gastronomia, Nápoles é a cidade que inventou a *pizza* e onde nasceram as mais famosas *canzonettas* como Santa Lucia, O Sole Mio, Torna Sorrento e outras.

Em termos de hospedagem, a *Costiera Amalfitana* possui uma infinidade de hotéis, *residences*, *villas*, casas *vacanzas*, *albergos*, conventos etc., todos variando em termos de luxo, equipamentos e localização.

Economicamente, a oferta turística nessa costa da Itália é repleta de atrativos naturais, culturais, artesanatos, cerâmica, e a base da economia local vive da pesca, da produção do vinho, do azeite, de laranjas, limões sicilianos e, principal e fundamentalmente, do turismo.

Sem dúvida nenhuma, o turismo sempre foi planejado e densamente explorado, evidenciando que os governos da região usam muito bem seus atrativos e características peculiares aliados à tecnologia moderna para que ele continue sendo uma das maiores fontes de renda da região de Nápoles e Campania. Entre os principais fatores que diferenciam cada uma das principais localidades, podemos destacar uma oferta turística distinta no Golfo de Nápoles, a seguir apresentada:

1. Colaboração do estudo com a participação de: Mario e Nilza Tibério – Consultores de viagens internacionais.

- **Nápoles** – Caracterizada pela falta de espaço; por um trânsito *pazzo*, desorganizado e caótico; um porto esplêndido, muitas igrejas, palácios, monumentos; e um colorido e típico bairro com roupas nas janelas chamado de *Spaccanapoli*.
- **Isola de Capri, Isola d'Ischia** – Com seus glamourosos balneários praianos, termas e fontes, areias terapêuticas e inúmeros hotéis. Os barcos, lanchas e *traghetti* ajudam com eficiência o transporte marítimo entre as ilhas e as cidades costeiras. São ilhas repletas de badalação turística, simbolizadas como retiros de imperadores (como de Tibério), pescadores, monges e onde os próprios agricultores locais ajudam a cuidar de pequenos hotéis que, especialmente no verão, duplicam o orçamento familiar da população. Em especial, a encantadora Ilha de Capri é composta pelas minicidades de Capri, Anacapri, Marina Grande, Marina Piccola, além de uma paisagem magnífica, artesanato de corais e cerâmica, e a famosa *Grotta Azzurra* cujas águas azul-turquesa refletem uma luminosidade fantástica devido à claridade originada pela abertura de um orifício das pedras na entrada da gruta.
- **Pozzuoli, Portici, Torre del Greco, Torre Annunziata, Castellamare, Massa Lubrense, Positano, Amalfi, Ravello, Vico Equense, Vietri S. Maré, Salerno e outras cidades do sul da Itália** – No conjunto, essas cidades compõem o mais belo caminho bordeado pelo mar que acompanha a península de Sorrento e que é chamado de *Costiera Amalfitana*, repleta de paisagens esplêndidas e uma gastronomia baseada em peixes e pescados da região, além do bom vinho. Como encantados pontos iluminados à noite, tais localidades normalmente encontram-se em vertiginosa encosta à beira-mar, cercadas por estreitos caminhos onde parece ser quase impossível a passagem dos carros e dos ônibus, e cujo verão quente atrai enorme demanda turística para suas praias escuras, de pedregulhos, e onde o mar azul é também turquesa e cor de petróleo. Mesmo quando a temperatura abaixa, a região continua sendo muito procurada e o turismo fervido no meio de curvas, túneis, penhascos e uma vista privilegiada.
- **Sorrento** – Nessa histórica cidade de posição geográfica específica da *Costiera Amalfitana*, há uma grande quantidade de hotéis de boa qualidade e por preços baratos, facilitando a atração de turistas de todas as partes do mundo e dos próprios italianos que, normalmente, buscam também o sabor de uma gastronomia diversi-

ficada baseada em frutos do mar, pizzas napolitanas, massas diversas e muito vinho de qualidade. Em especial, a título de ilustração, a cidade de Vico Equense tem por fama a *Università della Pizza*, que oferece deliciosas pizzas por metro em local típico; além do que, em período natalino, promove uma política turística de múltiplos usos com concertos, presépios, animações de estrada e espetáculos teatrais.

- **Pompéia** – Cidade que revela o espírito de uma época que foi destruída em 79 d.C. pela erupção do Vulcão Vesúvio, causando a morte de quase toda a população de 20 mil habitantes por intoxicação e soterramento. As lavas do vulcão empurraram o mar para 500 metros à frente da cidade que, como mágica, permaneceu oculta até o século XVII.

Reflexão

No caso de estudo apresentado, enfocamos a intensa exploração da atividade turística de cidades à beira-mar de uma região da costa italiana, composta por uma eficiente e adequada oferta turística repleta de atrativos naturais, infra-estrutura e equipamentos que permitem constante utilização anual da região, mesmo que de formas alternativas, possibilitando muitos benefícios para a economia local e arredores. Descreva, de forma dissertativa, suas sugestões de como o turismo também pode representar, preservando o meio ambiente, uma significativa fonte de renda interna, de criação de empregos e de geração de divisas para as regiões costeiras do grandioso litoral do Brasil. Delimite sua análise com um exemplo prático.